



ARTIGO

SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA E O MAL-ESTAR DA PROFISSIONALIZAÇÃO: ENTRE O ENSAIO E A DIFERENÇA (1948-1959)¹

Contato
Rua do Seminário, s/n (PPGHIS-ICHS-UFOP)
35420-200 – Mariana – Minas Gerais – Brasil
daltonsanches@gmail.com

 Dalton Sanches²
Universidade Federal de Ouro Preto
Mariana – Minas Gerais – Brasil

Resumo

Concentrando-nos entre os anos de 1948 – data de um paradigmático artigo de jornal intitulado “Novos rumos da Sociologia” – e 1959 – data, por sua vez, do registro de defesa da tese *Visão do Paraíso* –, buscaremos pontualmente inscrever, no amplo e prolongado movimento de profissionalização da disciplina história e das ciências sociais, parte das estratégias textuais e discursivas de Sérgio Buarque de Holanda para, de forma *plástica*, mas não sem tensões, se estabilizar nesse momento decisivo de modificação das condições de produção intelectual no âmbito da Universidade de São Paulo. Sugeriremos, entre outras coisas, que a categoria *ensaio* se constitui, aí, como um *significante flutuante* mobilizado *performativamente* no sentido da ordem do discurso e da memória disciplinar. Dessarte, ao se converter em verdadeiro instrumento *prático* de classificação que estabelece as semelhanças e *diferenças* no ato de nomeação, principalmente se se pensa na posição antitética representada doravante por Gilberto Freyre, o uso da categoria cumpre a função de instaurar o “novo” almejado pelas figuras proeminentes desse específico ambiente intelectual.

Palavras-chave

Sérgio Buarque de Holanda – profissionalização – ensaio – historiografia – ciências sociais

¹ Artigo não publicado em plataforma de *preprint*. Todas as fontes e bibliografia utilizadas são referenciadas no artigo. Pesquisa financiada pelo Programa de Bolsas da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação da Universidade Federal de Ouro Preto (PROPPI-UFOP) e pelo Programa de Doutorado-sanduíche no Exterior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PDSE-CAPE). Processo: 88881.134175/2016-01. Partes deste artigo se beneficiaram das generosas e agudas observações de Elodia Lebourg e Guilherme Bianchi (revisão), Mateus Pereira e Emílio Maciel. Somos gratos, ainda, às/aos pareceristas da *Revista de História*, pelos incontornáveis apontamentos e sugestões que enriqueceram consideravelmente o texto.

² Doutor em História pela Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Mariana – MG – Brasil, com passagem, em período de estágio sanduíche, pela Universidade de Bolonha, Dipartimento di Lingue, Letterature e Culture Moderne – BO – Itália.



ARTICLE

SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA AND THE MALAISE OF PROFESSIONALIZATION: BETWEEN ESSAY AND DIFFERENCE (1948-1959)

Contact

Rua do Seminário, s/n (PPGHIS-ICHS-UFOP)
35420-200 – Mariana – Minas Gerais – Brazil
daltonsanches@gmail.com



Dalton Sanches

Universidade Federal de Ouro Preto
Mariana – Minas Gerais – Brazil

Abstract

Focusing between the years of 1948 – date of a paradigmatic newspaper article entitled “Novos rumos da Sociologia” – and 1959 – the date of *Visão do Paraíso* thesis defense register –, we will attempt to punctually inscribe, in the broad and prolonged movement of professionalization of the discipline of history and social sciences, part of Sérgio Buarque de Holanda’s textual and discursive strategies in order to, in a *plastic* way, but not without tensions, stabilize in this decisive moment of changing conditions of intellectual production within the scope of the University of São Paulo. We will suggest, among other things, that the *essay* category is constituted, there, as a *floating signifier* mobilized in a *performative* way, in the sense of the order of discourse and disciplinary memory. Thus, by becoming a true practical instrument of classification that establishes similarities and *differences* in the act of nomination, especially if one thinks of the antithetical position represented by Gilberto Freyre, the use of the *essay* category fulfills the function of establishing the “new”, desired by prominent figures of that specific intellectual environment.

Keywords

Sérgio Buarque de Holanda – professionalization – essay – historiography – social sciences

*O intelectual parece servir sem servir, fugir mas ficando, obedecer
negando, ser fiel traindo. Um panorama deveras complicado.*

Antonio Candido⁵

Combates pela (“nova”) sociologia

Será pela Escola Livre de Sociologia e Política, incorporada à Universidade de São Paulo no ano de 1939, que Sérgio Buarque obterá, em 30 de julho de 1958, o grau de mestre em ciências sociais. Além disso, lecionará na instituição entre os anos de 1954 e 1956 e, não obstante, se postará numa zona indecisa perante a qualificação de sociólogo que lhe imprimiam em determinadas ocasiões. No ano de 1959, por exemplo, em entrevista concedida ao *Tribuna da Imprensa*, responderá a primeira pergunta “sem preâmbulos”, como registra o entrevistador em sua apresentação: “Quais os rumos da sociologia brasileira?”. Ao que redargui o já autor de *Visão do Paraíso*: “Não posso responder. Não me considero sociólogo e sim historiador” (HOLANDA, 1959a, p. 5). Insistindo na questão, porém, o entrevistador reserva o encerramento da entrevista à seguinte pergunta: “E você, por que se considera um historiador e não um sociólogo?”. Ao que responde, um tanto esquivo: “A sociologia no Brasil sempre teve o cunho e o caráter históricos. Os estudos sociológicos têm-se desenvolvido mais nas cátedras universitárias, principalmente na Faculdade de Filosofia e Escola de Sociologia, ambas de São Paulo, com contribuições muito importantes” (HOLANDA, 1959a, p. 5). Mais ou menos uma década depois, em ocasião de palestra proferida aos estudantes de história da Universidade de São Paulo, em cujo tema orbitavam considerações sobre a “História”, de tal forma se posicionará o autor:

Na verdade, eu próprio tenho sido muitas vezes qualificado de sociólogo, apesar de não aceitar de muito bom grado essa etiqueta. Durante quatro anos, por 2 períodos consecutivos, cheguei a vice-presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia. Além disso, tomei parte em numerosas bancas de concurso de Sociologia. [inclusive da banca de concurso de cátedra de um dos atuais titulares, meu querido e admirado amigo Florestan Fernandes]. Acresce que tenho eu próprio, por concurso, o grau de Mestre em

⁵ (CANDIDO, 2001 [1979], p. 72)

Sociologia, perdão em Ciências Sociais, o que me põe à vontade para discorrer sobre as relações entre as duas matérias (HOLANDA, 2018 [196-], p. 315, 316).⁴

O que, na introdução de ambos os enunciados, é explicitamente recusado, logo se apresenta como errático em meio a tantas afirmações entrecortadas de circunlóquios e orações subordinadas afirmativas, cujo fim, talvez, seja o de, ao mesmo tempo, demarcar uma linha divisória relativamente definida entre as áreas em que almeja vincar sua identidade historiadora e reforçar a memória disciplinar nesse característico período de “modificação das condições de produção intelectual” (RODRIGUES, 2014, p. 263), manter-se transitando em ambos os domínios como uma forma de preservar as credenciais para, entre outras coisas, obviamente, travar os embates com os seus interlocutores e rivais num espectro mais amplo de ação. Afinal, sabe-se que Gilberto Freyre, sem sombra de dúvida o seu mais emblemático rival, era classificado tanto como historiador social quanto como sociólogo e antropólogo pelos críticos e pela recepção – nacionais e estrangeiros (cf., por exemplo, BRAUDEL, 1943, p. 5) –, mas, ainda, ele mesmo os incorporava por seus próprios esforços de autoconstrução previstos no conjunto de sua obra (cf., por exemplo, FREYRE, 1968). Um índice desse intento, isto é, de um não declarado programa de circulação por entre os vestibulos, limiães e fronteiras em construção dos dois campos disciplinares encontra-se em artigo paradigmaticamente intitulado “Novos rumos da Sociologia”, de 1948. Podemos afirmar que esse texto constitui-se como fonte privilegiada a partir da qual entreveem-se as marcas de historicidade da definitiva clivagem do autor no que diz respeito ao *agonístico* (NIETZSCHE, 1996) processo de estabelecimento da *diferença* entre *dois tempos* que se instauram no nível discursivo: é por ele que Buarque de Holanda institui a demarcação do tempo dos trabalhos de síntese interpretativa, no limite, dos ensaios produzidos nas décadas de 1920 e 1930, e daquele relativo aos “novos” produtos que vislumbrava estarem rumando sentido aos ventos da profissionalização, como previsto já nas estratégias que pautam o teor discursivo dos muitos artigos e resenhas

⁴ Curiosamente, a frase relativa ao “meu querido e admirado amigo Florestan Fernandes”, entre colchetes, fora rabiscada por Sérgio Buarque de Holanda no original datilografado. A propósito, cf. minucioso trabalho de preparação desse inédito material, realizado por CARVALHO, 2018, p. 313, 314. A data original imprecisa se dá ao fato de não constar no documento sob custódia do Arquivo Central do Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas (Siarq/Unicamp). Para alguns dados que contribuem para situar a palestra entre os anos de 1967 e 1969, cf. CARVALHO, 2018, p. 307, 308.

publicados em jornal ao longo das décadas de 1950 e 1960 (cf. SANCHES, 2019, p. 134–219). O autor principia o pequeno texto mirando os estudos que se filiam à noção de, embora não diretamente nomeada, “caráter nacional”,⁵ a partir do qual “cada povo cumpre discernir e cultivar com carinho sua personalidade essencial e irreduzível, informada por tradições que são próprias e que sobretudo não partilha com nenhum outro” (HOLANDA, 2011b [1948], p. 513). Personalidade que, de acordo com Holanda, “encontra sua razão de ser, sua justificação, seu apoio, não já nos valores racionais e universais, que antes pareciam dominar quase exclusivos, mas no simples fato de ser singular e única” (HOLANDA, 2011b [1948], p. 513).⁶ Ao continuar o expediente de demarcação entre os velhos e novos rumos das ciências sociais brasileiras, argumenta o autor – não sem a sua característica ironia – que, à noção de personalidade essencial e irreduzível dos povos, associam-se as

concepções “orgânicas” da sociedade, que se desenvolveram a partir do princípio do século passado e tem sua expressão mais nítida no empenho de criar novos mitos, capazes de congregar em volta de si, numa comunhão sagrada, os indivíduos e as coletividades. Sabemos como, em suas formas extremas e mais grosseiras ou primárias, ela foi desembocar nos fascismos de todos os matizes (HOLANDA, 2011b [1948], p. 513).

Após mencionar genérica e elipticamente tais estudos, descrevendo, portanto, suas características de abordagem, filiações e atitudes, que “vão se articular (...) ao patético do tradicional, ao senso de continuidade com o passado, entendida esta não como simples fatalidade, mas antes como grave dever” (HOLANDA, 2011b [1948], p. 514), tem-se a nomeação de alguns dos seus autores. Esses trabalhos, segundo o articulista, “parecem pertencer ao ‘clima de opinião’” e, “para não citar o caso dos membros mais respeitáveis dessa família numerosa – a obra de Gilberto Freyre, por exemplo, ou de Oliveira Vianna (*a de Caio Prado Júnior já pertence a família diferente*)” (HOLANDA, 2011b [1948], p. 514), faz alusão a um “certo parente pobre, um livro que há cerca de doze anos publicou o autor do presente artigo e no qual se propu-

⁵ A propósito, o que era descrito como “caráter nacional”, na primeira edição de *Raízes do Brasil* (1936), em parágrafo que se dedica à discussão sobre o “Homem cordial”, vem, na edição de 1948, substituído por “caráter brasileiro”. Cf. HOLLANDA, 1936, p. 101; e HOLANDA, 1948, p. 214.

⁶ Vale notar que, já no ano de 1954, Dante Moreira Leite também mirará em sua tese, entre outras produções coevas a *Casa-grande & Senzala* e *Retratos do Brasil*, por exemplo, o livro de estreia de Sérgio Buarque, buscando inseri-lo numa longa duração da “história de uma ideologia” implicada na odisseia dessa expressão vigorante no pensamento social e político brasileiro. Cf. LEITE, 2002 [1954], p. 386, 387 e 388.

nha investigar nada menos do que nossa personalidade nacional através de suas raízes históricas” (HOLANDA, 2011b [1948], p. 514). Dessa feita, oblíqua é a referência ao seu *Raízes do Brasil*: ao inseri-lo na linhagem dos de fora dos “novos rumos”, deixa claro que não se trata de inscrevê-lo, no sentido metonímico de *obra*, como artefato do passado, visto que se refere estritamente à edição de 1936, pois, tendo tentado, justifica o ensaísta, “em segunda edição, corrigir o que pudesse haver de muito ambicioso nesse projeto, renunciou a apagar completamente as marcas da origem, para não ter de refundir a obra toda, escrita e impressa quando aquela atitude dominava quase sem contraste” (HOLANDA, 2011b [1948], p. 514). No que tange às ditas marcas da origem, tem-se que a crítica ao organicismo, após atenuá-lo no livro⁷ que carregará consigo atualizado para o ingresso nos “novos rumos”, se voltará, na década de 1950, contra o próprio pernambucano (cf. HOLANDA, 1979b [1951], p. 106) e contra Vianna (cf. HOLANDA, 1979a [1950], p. 59), evocados aqui entre os “membros mais respeitáveis dessa família numerosa”.

Entre o ato, pois, da escrita de um texto de divulgação sobre os trabalhos de sociologia que se queriam como o despontar dos signos a inaugurar uma nova forma de compreensão da realidade e a clara rejeição dos pressupostos que balizavam o primeiro livro que publicara, o autor-*autonomasia* se estabelece, ele próprio, como a diferença entre esses dois tempos. Moldando-se e moldando *compósita e plasticamente* tal contexto, Sérgio Buarque de Holanda se inscreve, na soleira da segunda metade do século XX, nessa “história da luta pelo monopólio da imposição de categorias de percepção e apreciação legítimas” (BOURDIEU, 1977, p. 39 – tradução nossa). Ora, se “é a luta mesma que faz a história do campo [intelectual]”, por ela se temporalizando, o articulista, portanto, é nela participante interessado na “descontinuidade, ruptura, diferença, revolução” (BOURDIEU, 1977, p. 39 – grifo do autor). Tendo em vista a economia do texto, é no seu exato ponto mediano que o autor traçará a divisão entre o passado que carrega parcela de sua memória intelectual, em parte construída mediante a declarada insatisfação com a edição de 1936 do seu livro, e as linhas que, doravante, se limitarão a “acentuar a importância singular da contribuição de todo um grupo de pesquisadores novos, no sentido de ampliar, entre nós, o campo das investigações sociológicas” (HOLANDA, 2011b [1948], p. 515). A partir dessa face de Jano articulada com base nas duas edições de seu livro de estreia, Buarque de Holanda se empenhará com mais

⁷ Cf. EUGÊNIO, 2010.

intensidade a traçar, então, as linhas de força a presidir esse “novo” anunciado, pois “*marcar época é impor sua marca, reconhecer (em um duplo sentido) sua diferença em relação a outros produtores e, sobretudo, aos mais consagrados entre eles*” (BOURDIEU, 1977, p. 39 – grifos do autor). Por fim, “é inseparavelmente *fazer existir uma nova posição* para além das posições ocupadas, à frente dessas posições, *na vanguarda*” (BOURDIEU, 1977, p. 39 – grifos do autor).

Daí em diante, Sérgio Buarque se propõe a perfilar os estudos e autores que compõem, de acordo com o seu juízo, a singularidade e a importância verificadas no âmbito do grupo de pesquisadores novos a ampliar o campo das investigações em sociologia. O trabalho exemplar, a seu ver, e que será “objeto de outro artigo”, é o volume de Emilio Willems, intitulado *Cunha, tradição e transição em uma cultura rural do Brasil*, editado pela Diretoria de Publicidade Agrícola da Secretaria de Agricultura de São Paulo, “em tiragem”, observa o autor, “insuficiente para ampla repercussão” (HOLANDA, 2011b [1948], p. 515). Para o autor de *Monções*, o livro “representa um esforço pioneiro, e não encontra na *moderna geração* de sociólogos brasileiros quem esteja mais habituado a efetuar-lo do que Willems” (HOLANDA, 2011b [1948], p. 515). A partir de estudos anteriormente realizados pelo sociólogo, como os que se dedicam à “aculturação entre alemães no Rio Grande e entre japoneses em São Paulo”, Holanda sela o atual livro, objeto de seus comentários, como produto de “assíduo trato com a literatura sociológica europeia e norte-americana”, desenvolvido sob um “método seguro e rigoroso de análise que vem ampliando com resultados admiráveis a outros setores” (HOLANDA, 2011b [1948], p. 515). Além de Emilio Willems, Buarque de Holanda elenca os trabalhos de figuras de vulto como Donald Pierson, ou aqueles “sob orientação ou o estímulo direto desse professor norte-americano, *especialista* da Escola Livre de Sociologia de São Paulo, com Carlos Borges Teixeira e Oraci Nogueira” (HOLANDA, 2011b [1948], p. 516), mas, também, os de Gioconda Mussolini e Antonio Candido, já no âmbito da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Preocupados, cada qual à sua maneira, com a “estrutura social e a mudança cultural em certas localidades de povoamento antigo”, tais estudos

surgiram, em São Paulo, à sombra do ensino universitário e, em grande parte, da influência decisiva de mestres estrangeiros, como Radcliffe-Brown, Melville Herscovitz, Donald Pierson, Roger Bastide, sem falar nos brasileiros por nascimento ou adoção,

como Fernando de Azevedo, Emilio Willems e Herbert Baudus (este nos domínios da Etnologia) (...) (HOLANDA, 2011b [1948], p. 516).

Nota-se, no artigo, um minucioso cuidado em alinhar, com exaustão, os nomes dos lugares institucionais, bem como os dos seus agentes, seus vínculos e suas práticas, concentrados numa determinada espacialidade regional e, ainda, conectados aos esforços missionários exteriores às suas fronteiras de atuação. Como assevera Bourdieu, “palavras, nomes de escolas ou grupos, nomes próprios, são tanto importantes porque realizam as coisas: sinais distintivos que produzem existência em um universo onde existir é diferir, ‘fazer-se um nome’, um nome próprio ou um nome comum (para um grupo)” (BOURDIEU, 1977, p. 39). Nessa mesma toada segue o paulista, nos anos seguintes, participante direto da implantação de uma semântica específica dos padrões de cientificidade e suas respectivas matrizes disciplinares, comprometidas com claras orientações político-institucionais naquela situação. A escolha de referenciais que se queriam legitimar e sedimentar nos discursos de suas produções, dentro e, em certa medida, fora dos muros de seus centros de saber, conduzia Sérgio Buarque a instaurar – coletiva e gradualmente – uma memória disciplinar que incorporasse, “ainda que de modo extremamente seletivo e desigual, o papel das gerações anteriores, sobretudo a dos ensaístas dos anos 1920–1930, no processo de formação das ciências sociais no Brasil” (BOTELHO; LAHUERTA, 2005, p. 7). Por outro lado, porém, “se tratava de demarcar um ‘campo científico’”, decorrendo daí que “o próprio desenvolvimento das ciências sociais foi pensado, em termos gerais, a partir de uma polarização mais ou menos disjuntiva entre o caráter ‘científico’ das Ciências Sociais e o ‘pré-científico’ do pensamento social e político” (BOTELHO; LAHUERTA, 2005, p. 7).

Em artigo de 1950, decididamente a favor da figura proeminente de Florestan Fernandes, discorre sobre um de seus livros, *Organização social dos Tupinambá*, agraciado pelo Prêmio Fábio Prado, bem como sobre a contribuição desse intelectual para a consolidação do ensino universitário desde a Universidade de São Paulo. Acerca daquele e de um recente livro de Fernandes, “dizia-nos, não há muito, com sua grande autoridade, o professor A. Métraux, que se inscreveram definitivamente entre as contribuições indispensáveis para o conhecimento de nosso passado pré-colonial” (HOLANDA, 1996b [1950], p. 313). Após evocar a chancela do autor estrangeiro, Holanda afirma não saber “quem represente melhor, no Brasil atual, do que o sr. Florestan Fernandes, esse espírito incutido em grande parte pelo tirocínio em

nossos novos institutos universitários, que vai empolgando felizmente toda uma geração de estudiosos” (HOLANDA, 1996b [1950], p. 314).

Em “Estudos etnológicos”, publicado no *Diário Carioca*, em 1º de julho de 1951, Sérgio Buarque de Holanda, adentrando agora o campo da antropologia, se volta contra os trabalhos que tendem a folclorizar, anedotizar e exotizar tanto as manifestações culturais dos negros quanto as dos indígenas, bem como a sua influência na vida social brasileira. A fim de enaltecer, ao final do pequeno texto, as novas perspectivas e abordagens desse campo específico, que deixam de lado o “viés romântico ou nativista” sobre o índio brasileiro para abraçar os estudos fundados “não só no tirocínio teórico, mas ainda em prolongadas pesquisas de campo” (HOLANDA, 2011a [1951], p. 146), o autor elenca uma gama de renomados antropólogos que contribuíram para a formação de “toda uma nova geração” de jovens autores que,

ao contato de mestres como Herbert Baldus, Charles Wiegley, Radcliffe-Brown, Lévi-Strauss, Roger Bastide, Kalervo Oberg, começa a esboçar-se assim, orientada por métodos que, estou certo, hão de abrir *uma nova era* nos estudos brasileiros. Em 1945 tivemos, de Egon Schaden, o *Ensaio etno-sociológico sobre a mitologia heroica de algumas tribos indígenas do Brasil*. Em 1948, a ampla monografia de Florestan Fernandes sobre a *Organização social dos Tupinambás*. Do mesmo autor publicou-se, em 1949, a *Análise funcionalista da guerra: possibilidades de sua explicação à sociedade tupinambá*. E ainda há pouco, em 1950, o Serviço de Proteção aos Índios publicou, de Darcy Ribeiro, *Religião e mitologia kadiwéu* (HOLANDA, 2011a [1951], p. 146).

Fato é que, entre os trabalhos de Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro, não poderia mais figurar a contribuição de um Gilberto Freyre. Dada a ênfase, doravante, na formação epistemológica sistematicamente orientada e, mais fundamentalmente, na pesquisa de campo, infere-se, conseqüentemente, que os trabalhos do pernambucano caminhavam nos rumos opostos ao da “Sociologia europeia e norte-americana, que tendem a menosprezar – esta sobretudo – os materiais fornecidos pela história e as preocupações com o que alguém já chamou, de modo significativo, o ‘passado utilizável’, deixando-o de preferência a ensaístas e literatos” (HOLANDA, 2011b [1948], p. 515). De acordo com essas linhas do mesmo parágrafo de “Novos rumos da Sociologia”, que precede a cisão que Sérgio Buarque de Holanda estabelecera a partir do trabalho de Emilio Willems, a obra do recifense representava, então, a renitência de tais práticas, pois, “no Brasil são elas que constituem, de maneira geral, a substância mesma dos estudos das Ciências Sociais. Ainda que não se aceitem as razões aqui propostas para o fato, ele subsiste apesar de tudo (...)” (HOLANDA, 2011b [1948], p. 515).

Ensaio, esse significante flutuante

Há já representativos estudos que debruçam criticamente sobre as classificações dirigidas, nesse período, pelos agentes dos campos em transformação na área historiográfica e, principalmente, sociológica, ao gênero ensaio como forma de escrita entre a literatura e a história, entre a literatura e a sociologia, ou, ainda, na fronteira entre a matéria da arte e aquela da objetividade científica.⁸ No limite, segundo tais concepções, essa forma de representação se configuraria como pré-científica, entre outras variantes desse mesmo discurso da busca por legitimidade a partir de pressupostos cientificizantes.⁹ Embora não se tratará, aqui, de realizar um exaustivo levantamento das acepções dadas ao ensaísmo e, conseqüentemente, aos seus maiores e mais afirmativos praticantes no arco temporal ora delineado, ainda assim, podemos, a partir de gestos pontuais de alguns dos seus expoentes, dar a ver ao/à leitor/leitora ao menos pequena, porém significativa, parcela desse

⁸ Como disse humoradamente um escritor argentino, “definir el ensayo es una tarea superior a la ambición de escribirlo” (CLEMENTE *apud* EULALIO, 1992, p. 13). Não obstante, podemos perfilar, de modo breve, algumas de suas propriedades, de acordo com algumas das reflexões consagradas sobre o gênero: escrita de caráter fluido e, frequentemente, não conclusivo que, remetendo-nos ao pai fundador Montaigne, recusa a sistematização dos tratados, bem como os grandes sistemas filosóficos, ávidos por abarcar, tal qual o mapa borgeano em escala um por um, a totalidade do real. Em seu oscilante movimento de avanço e recuo em torno do objeto, cujas partes menos conspícuas interessam tanto quanto o eixo central, o ensaio configura-se como escrita – moderna por excelência – a dar conta das inconstâncias e das instabilidades da experiência concreta, bem como daquilo que essa tem de intransferível e, portanto, resistente à matematização. Além disso, o gesto ensaístico parte, em algum nível, da condição de subsunção do ensaísta no ensaiado, isto é, do autor no seu objeto. A relação empática com a matéria estudada requer do ensaísta que reflita “sobre si mesmo, [a fim de] encontrar-se e construir algo próprio com o que lhe é próprio” (LUKÁCS, 2008, p. 11). Ecoando o famoso ensaio adorniano, neste artigo mobilizado, observa Robert Lane Kauffmann (1989, p. 230) que, “ao invés de subsumir os fenômenos particulares aos princípios primeiros e durezas conceituais, a forma ensaio retoricamente media seus próprios conceitos, instando suas ‘interações’ no processo cognitivo enquanto recusa simplificar esse processo. Ao proceder à ‘moda metodicamente sem método’, (...) o ensaio recusa-se a entregar o seu elemento imaginativo ao vão projeto de captura do objeto dentro de uma lógica rígida ou moldura conceitual” (tradução nossa). Por fim, quanto à falsa dicotomia entre esse gênero de escrita e a prática científica, podemos ponderar com Luiz Costa Lima (2005, p. 96) que, se é aceitável que a questão da ciência se resolve fora do âmbito da forma, eliminar a aspiração à autonomia formal do ensaio seria submetê-lo, como o próprio Adorno o nota, à concepção positivista. Ou seja, o uso de conceitos e a reivindicação da verdade afasta o ensaio do campo da arte, sem o dispor no campo da ciência e seu lugar não se esgota nem por um, nem por outro”.

⁹ Destacamos, especialmente, a densa pesquisa de Fernando Nicolazzi (2008) como contraponto a tais pressupostos um tanto reducionistas. Cf., ainda, NICOLAZZI, 2012.

ambiente injuntivo das ciências sociais que se constituía naquele tempo e espaço específicos. Os fragmentos abaixo perfilados foram produzidos em finais da década de 1960 e 1970, o que só reforça que a questão perdura de modo candente e ininterrupto na “luta pelo trono” da interpretação verdadeira (FALCÃO, 2001, p. 138).

Em capítulos de suas principais obras, dedicados tanto à história da sociologia no Brasil como aos pressupostos teóricos e metodológicos que as regem, Florestan Fernandes e alguns de seus epígonos mais imediatos, entre os quais Octavio Ianni, procuraram, por todas as vias, desviar-se das abordagens postas em curso pelos seus predecessores ensaístas – ou “intérpretes”. Nesse sentido é cristalino o depoimento de Fernando Henrique Cardoso acerca da atuação “missionária”, nas décadas de 1930 e 1940, dos intelectuais brasileiros e estrangeiros que o precederam. Ao ressaltar os esforços de renovação da vida universitária pela geração que o antecedeu, composta, entre outros, por Florestan Fernandes, Antônio Cândido, Gioconda Mussolini, e “sob influência direta dos professores estrangeiros”, como Roger Bastide, Fernand Braudel, Pierre Monbeig, Lévi-Strauss, Emílio Willems “e de homens como Fernando de Azevedo”, afiançará que essa empreendeu uma “busca contínua de um ‘padrão de trabalho científico’”, criando “um modelo para a carreira universitária e para a produção intelectual” que substituísse a “*tradição ensaística brasileira pela sociologia*” (CARDOSO, 1977, p. 11, 12). Acerca do tema da mes-tiçagem – questão crucial às ciências sociais naquele Brasil já mergulhado no autoritarismo –, diz Ianni: “Inicialmente ensaístas, historiadores, etc., *mais ou menos objetivos*, preocuparam-se com o assunto, defendendo, evidentemente, posições distintas em face do problema” (IANNI, 1966, p. 68). Observemos, agora, nas passagens de um livro de Florestan Fernandes, a noção teleológica do conceito de sociologia na história de sua prática no Brasil. Calcada sob uma forte hierarquia valorativa que, entre outras questões, busca fundar as “*marcas distintivas* [a serem instrumentalizadas para] frequentemente identificar as propriedades mais superficiais e mais visíveis associadas a um conjunto de obras ou de produtores” (BOURDIEU, 1977, p. 39 – grifo do autor), Fernandes a dividirá em três etapas: a primeira refere-se ao século XIX, cuja

intenção *não é* a de fazer, propriamente *obra de investigação sociológica*, mas de esclarecer certas relações, mediante a consideração dos fatores sociais. Desse modo, a *inteligência* brasileira passa a se interessar por conexões entre o direito e a sociedade, a *literatura* e o contexto social, o estado e a organização social, etc., muito parecida com as que foram elaboradas na Europa pelo *pensamento racional pré-científico* (FERNANDES, 1977, p. 27).

Já a segunda etapa é constituída pelos estudos realizados nos primeiros decênios do século XX:

Ela frutifica (...) tanto sob a forma de *análise histórico-geográfica e sociográfica* do presente, quanto sob a inspiração de um modelo mais complexo de análise histórico-pragmática, em que a interpretação do presente se associa a disposições de intervenção racional no processo social. As obras pioneiras não deixam de *entrever intenções deliberadas* de fazer obra sistemática de investigação sociológica (FERNANDES, 1977, p. 27).

Como pudemos inferir, as obras dos ensaístas não ultrapassam, na visão do autor, o limite da mera “intenção deliberada” de realizarem produção regular e sistemática de análise do social. Mais ainda, por serem “sociografia”, não se constituem da legitimidade exigida pela demanda de uma disciplina científica, uma vez que um dos processos para a sua efetivação implicaria trabalho de campo e outras tecnologias. Aquelas, de acordo com a concepção de Fernandes, não excediam a etapa da descrição. Eram, logo, pré-científicas. A terceira e última etapa, obviamente, seria aquela na qual se enquadra o autor. Essa

se caracteriza pela preocupação dominante de subordinar o labor intelectual, no estudo dos fenômenos sociais, aos *padrões de trabalho sistemático*. Essa intenção se revela tanto nas obras de investigação empírico-indutiva (de reconstrução histórica ou de campo) quanto nos *ensaios de sistematização teórica*. Com isso formam-se aspirações definidas, no sentido de contribuir para o progresso da sociologia como disciplina científica, e se evidencia *uma mentalidade nova*, através da qual prevalecem os imperativos da especialização na escolha dos centros de interesse do investigador individual. Essa época é recente e, embora lance raízes no início do segundo quartel do presente século, só agora começa a configurar-se plenamente (FERNANDES, 1977, p. 28).

Percebe-se, aí, o obstinado esforço de Fernandes – imbuído de “uma mentalidade nova” – em rotinizar uma prática que se fundamenta nos pressupostos de um “trabalho sistemático”, e que, ainda que lançando mão do gênero ensaio, como inscrito na própria citação, deva servir apenas a fins de uma propedêutica para “sistematização teórica”. Vale frisar que, nas últimas linhas da passagem, o aclamado sociólogo afirma o valor da geração precedente, admitindo que sua época estabelece relações com a que o antecipa, porém, somente naquele momento, a partir da crença no desenvolvimento em que se encontrava o país, e mais especificamente São Paulo, bem como da compartimentação dos campos de saber, a disciplina como ciência alcançava a sua plenitude.

Pois bem, o que nos interessará mais de perto nesse movimento é a forma com a qual Sérgio Buarque de Holanda nele se integra. Mais produtivo do que simplesmente agregar fragmentos de seus escritos que, igualmente, possam corroborar e reforçar os imperativos da institucionalização nesse período, seja, talvez, inscrever, no movimento, parte das suas estratégias para, de forma plástica, se estabilizar nesse momento de reconfiguração das condições de produção intelectual e de uma divisão social do trabalho intelectual de distinta ordem. Ora, o que se coloca em questão é o fato de o autor de *Cobra de Vidro* ser muitas vezes lido, ou como crítico do ensaísmo, e do seu próprio, como vimos, após sua formação como “historiador *tout court*” – e a queda numa certa teleologia entre o intuitivo–literário–generalista e o historiador maduro se impõe como inevitável¹⁰ –, ou como criticado, mais intensamente nas décadas de 1960 e 1970, em virtude de sua prática ensaística, tomando, em boa parte dos casos, somente *Raízes do Brasil* como obra representativa desse tipo de operação (cf., por exemplo, IGLÉSIAS, 1971, p. 377, 378; e MOTA, 1994 [1975], p. 30, 31). O que nos inclinamos a afirmar é que a própria categoria ensaio se constitui como um *significante flutuante*¹¹ mobilizado a depender do uso *performativo* que dele se faz no sentido de atingir uma determinada finalidade discursiva em uma determinada situação concreta.¹² Assim, convertem-se em verdadeiros “instrumentos *práticos* de classificação que estabelecem as semelhanças e diferenças” no ato de nomeação; produzidos, dentre outros, “na luta pelo reconhecimento dos próprios [agentes] ou de seus críticos regulares e cumprem a função de *sinais de reconhecimento* que

¹⁰ Cf., nesse sentido, e levando em conta certos matizes e variadas perspectivas, alguns autores que, em diálogo, lançam mão da imagem do “homem-ponte” para designar a *passagem* do intelectual por dois tempos e duas práticas/operações distintas, isto é, “do ensaísmo à historiografia”: WEGNER, 2008, p. 483; e PEREIRA; SANTOS, 2010, p. 34. Um exemplo sugestivo, para o caso de Gilberto Freyre, se apresenta na maneira como dois dos seus biógrafos abordaram tal problema. Para eles, tanto a obra do sociólogo como a de Caio Prado Jr. assinalariam a “*passagem* do ensaísmo à pesquisa empírica” (GIUCCI; LARRETA, 2007, p. 433).

¹¹ Palavras com as quais, *grosso modo*, se pode, em determinadas ocasiões, expressar tudo – e nada – ao mesmo tempo, uma vez que não remeterem a um número de significados razoavelmente precisos. Cf. LÉVI-STRAUSS, 2003, p. 43.

¹² Nos apropriamos, aqui, da noção de *enunciados performativos* proposta por John L. Austin. Como se pode observar ao longo deste artigo, os discursos críticos sobre a prática ensaística, ainda que mediante perfrases e circunlóquios, pretendem, de modo *exercitivo*, instaurar determinadas ações por meio da força ilocucionária e perlocucionária da autoridade de quem os profere, e cuja finalidade é persuadir o interlocutor da necessidade de superação do alegado estatuto pré-científico ou demasiadamente literário desse gênero de escrita. Cf. AUSTIN, 1990.

distinguem [os produtores] e, ao mesmo tempo, os produtos [que realizam]” (BOURDIEU, 1977, p. 39 – grifos do autor).

Há mesmo quem acene para o “adeus” de Sérgio Buarque ao ensaio nesse período, embora se afirme que não se deterá a “uma definição da categoria ensaio” e, tampouco, a “uma discussão semântica” sobre o gênero (cf. VENANCIO; WEGNER, 2018, p. 733, 734). Ora, se nos remetermos ao seu livro mais representativo em termos historiográficos, *Visão do Paraíso*, num golpe de vista, constataremos, sob variados ângulos e aspectos, o caráter estritamente ensaístico de sua arquitetura. A começar pela ausência de uma introdução e de uma conclusão em sua primeira edição (cf. HOLANDA, 1959b), o que ensejou, como veremos, duras críticas a ele dirigidas quando de sua defesa ainda em forma de tese. Quanto aos recursos figurativos, como a teia metafórica nele montada, que revela o cuidado incessante do ensaísta com o sentido da narrativa – sentido que, em termos tropológicos, jamais é alheio ao aparato de dispositivos formais utilizados –, podemos afirmar que o auxiliam numa consciente autoironia expandida acerca da impossibilidade de tratar, “segundo o modelo de uma irrestrita moral do trabalho” (ADORNO, 2003, p. 17), um tema altamente movediço, explosivamente metafórico e caticrético, como é o enredado nessa obra. Além desse prisma, tem-se que o trabalho representa, como a maior parte da sua obra historiográfica, uma dada unidade no fragmento. Para essa afirmação, ademais, basta recordar que, antes de sua concreção como tese de doutoramento, ele se manifesta em embrião nas preocupações esparsas do crítico literário quanto aos elementos estéticos e ao conjunto de ideias advindas da Europa, aclimatados no novo território, como previsto em *Capítulos de Literatura Colonial*. Ainda, não se pode perder de vista o fato de *Visão do Paraíso* ter sido concebido, primeiramente, como uma introdução à *Era do Barroco no Brasil* (cf. NICODEMO, 2013, p. 56 e 57; e MARTINS, 2017, p. 55).

Para além das considerações sobre os elementos internos que caracterizam *Visão do Paraíso*, é discutível, ainda, a medida em que, nos aspectos estruturais e problemas a que responde, o livro se aproxima e se afasta de *Raízes do Brasil*. E, aqui, o paradigma da *formação* é passível de algumas linhas. É de bom grado “lembrar que nos anos 1950 [esse] paradigma explicativo não foi inteiramente eclipsado, mas optou menos em formular questões sobre a ‘identidade brasileira’, e mais acerca das relações entre estado, democracia e sociedade” (MARTINS, 2017, p. 51). Se há, de fato, uma relativa perda de seu vigor no que diz respeito ao enredamento mesmo de *Visão do Paraíso*, ele não é inteiramente descartado, “mas recolocad[o] em novas bases. Se antes havia a preocupação pela formação do Brasil, agora sobressai um desvelo mais

circunscrito em torno do imaginário do *descobrimento* e *colonização* da América do Sul” (MARTINS, 2017, p. 52 – grifos do autor). A partir de tal matiz, podemos asseverar, por fim, que “a obra não abandona por completo um gênero tão impreciso quanto indomável de escrita como o ensaio, mas o acolhe e o *negocia* com a promessa de que, a rigor, ele estaria a serviço de um ‘alvo dominante’ – um *objetivo central*” (MARTINS, 2017, p. 54 – grifo nosso em “*negocia*”).

Após tais diálogos e paralelos, portanto, veremos adiante que o Buarque de Holanda *scholar*, instado a responder certo “efeito de campo” (BOURDIEU, 1989, p. 11) a fim de acrescentar novos itens ao seu capital simbólico e fazer evoluir correlatamente as suas ambições legítimas nesse ambiente, denegará o ensaio perante os membros da banca que o habilitaria a assumir a prestigiosa cátedra de História da Civilização Brasileira, ao mesmo tempo em que os responderá tendo, sobre os seus ombros, o Buarque de Holanda “intérprete do Brasil”, que rejeitará a afirmação segundo a qual o seu trabalho se configuraria como uma “coleção de belos ensaios”, defendendo, com efeito, o ponto de vista de uma unidade não conspícua; não baseada num raciocínio de causalidade caracteristicamente “positivista”. Considerando a questão a partir de outra perspectiva, o uso performativo e flutuante da categoria ensaio, além de afastar, por meio das objeções dirigidas ao gênero, a sua memória intelectual atada à primeira edição do seu “clássico por amadurecimento” (FELDMAN, 2013), significava, também, tomar uma distância constitutiva do campo no qual o seu ilustre rival de Pernambuco se orgulhava de atuar, afirmando-se, aí, como parte da longa linhagem que recua até a “tradição dos Pascal, dos Montaigne e dos Michelet” (FREYRE, 2012 [1975], p. 286).

Tal operação, obviamente, está longe de se conformar como exceção no campo das batalhas simbólicas estimuladas pelo sistema intelectual em geral. Para retornarmos a Florestan Fernandes, “‘metodológica’ é também a distância que primeiramente escolhe (...) para diferenciar-se de autores como Freyre” (SORÁ, 1998, p. 19, nota 29). Em seu *Resultado de um balanço crítico sobre a contribuição etnográfica dos cronistas*, de 1949, enuncia, precocemente, “uma nova concepção de análise dos documentos primários sobre os quais se baseava sua tese sobre a ‘organização social dos Tupinambá’”, de 1947, e, tendo em conta que as crônicas e documentos do período colonial eram também o fundamento de *Casa-grande e senzala*, “é notória a omissão de Freyre na lista de Fernandes sobre os poucos autores que se ocuparam, no Brasil, da ‘determinação da autenticidade dos documentos e da apreciação crítica de seus conteúdos’” (SORÁ, 1998, p. 19, nota 29). É notável, ainda, a curiosa escassez de referências à obra de Freyre se se percorre a extensa obra do sociólogo paulista, inclusive em livros fundamentais, como *A integração do negro na so-*

cidade de classes, de 1964, e, mais tardiamente, *O negro no mundo dos brancos*, de 1972 (MOTA, 2001, p. 176).

Ao se ocupar em caracterizar pontos de tensões e confrontos disciplinares ocorridos, a partir de meados do século XIX, nos territórios de três países centrais da Europa – França, Inglaterra e Alemanha –, Wolf Lepenies acaba por nos fornecer um índice de parte significativa da história das lutas e da subsequente compartimentação dos campos de saber, ocorrida com mais força já século XX adentro. Lutas que, para o sociólogo, representam “uma ‘história secreta’ das modernas ciências sociais” (LEPENIES, 1996, p. 25). Ao jogar luz, especificamente, nas relações conflitantes entre a sociologia e a literatura no que diz respeito à disputa pela primazia de “fornecer a orientação-chave da sociedade moderna”, que instauraram, dentro e fora dos livros, assim como dentro e fora das instituições, verdadeiros pleitos em que se discutiam questões acerca de quais quadros teóricos e práticas deveriam melhor se adequar à “doutrina de vida apropriada à sociedade industrial”, o alemão nos oferece um elucidativo parâmetro do modo como, apesar do afã de afastamento rígido das fronteiras e ordens discursivas sociológicas e literárias, se confluíam em determinadas situações e se justapunham nesse processo de formação e, mais tarde, de relativa autonomização de seus respectivos campos. Além da sociologia e da literatura, o papel de uma terceira personagem que não deve ser desconsiderada nessa trama das “três culturas” é encenado pelas ciências naturais: travam-se, principalmente no âmbito de formação do discurso sociológico – instaurando-se, aí, um verdadeiro dilema e futuras aporias –, intensos debates “sobre a hesitação entre uma orientação cientificista, pronta a imitar as ciências naturais, e uma atitude hermenêutica, que aproxima a disciplina da literatura” (LEPENIES, 1996, p. 11). Nesse cenário, ao invés de se presumir o seu desaparecimento em decorrência da profissionalização, deve-se levar em conta que o gênero ensaio – ou melhor, o uso que se faz da categoria – se desloca volatilmente a depender dos interesses em jogo nos momentos decisivos de mudança das condições de produção intelectual, onde as batalhas simbólicas travadas entre os polos em disputa acirram os ânimos pela garantia de *um* saber legítimo à leitura do social: ou era classificado como pré-ciência, portanto, próximo à literatura e à poesia, como se costumava acusar, por exemplo, os membros do Círculo de Stefan George, adeptos da linhagem nietzscheana; ou era, entre os gêneros, o mais adequado à representação das vicissitudes do homem em sociedade, argumento, por sua vez, daqueles que se voltavam contra os intelectuais da vertente racionalista, vinculados à matriz weberia-

na (cf. LEPENIES, 1996, p. 275–292).¹⁵ Menos de ordem política que metodológica, portanto, tais circunstâncias inerentes à luta que constitui a história do campo intelectual contaram, em terras brasileiras, pouco mais tarde em relação ao espaço de experiência europeu, com a participação, entre outras, das ilustres personagens sobre as quais temos nos debruçado neste artigo, salvaguardando, obviamente, as devidas particularidades e investidas de cada uma nas diversas situações aqui reconstituídas. Para evocarmos uma sugestiva imagem: nessa história, “ao atirar, construir o alvo” (FALCÃO, 2001, p. 140). Eis a tática comum: “combater o adversário era ao mesmo tempo construir o adversário. Era indispensável definir-lhe os contornos, os conceitos e preconceitos, e sobretudo filiá-lo aos paradigmas teóricos preexistentes (...)” (FALCÃO, 2001, p. 139).

Nesse sentido, se propusermos à/ao leitora/leitor o pacto de um jogo cuja regra consistirá no ocultamento, nos enunciados a seguir, dos autores, obras neles citadas e particularidades dos objetos por elas tratados, atendo-nos unicamente ao teor e aos contornos da crítica que mobiliza conceitos, classifica paradigmas teóricos e formas de apresentação com as quais cada um enreda o seu tema e objeto, pouco provável é que distinguirá, de modo absolutamente preciso, qual o ensaísta que se impõe ao outro. O que prevalece, convenhamos, é o estratégico tornar envelhecidos autores, obras ou escolas. Processo que não é outra coisa senão o produto de um deslocamento em certa medida arbitrário para o passado, que implica a geração contínua do combate entre os autores que marcaram época, e que lutam por perpetuá-la, e aqueles que, por sua vez, buscam instaurar o novo sem que recorram ao passado como legitimador de suas iniciativas (BOURDIEU, 1977, p. 39). Vejamos, assim, flagrante passagem de um itinerário traçado por um renomado ensaísta sobre a literatura brasileira da primeira metade do século XX, no qual reserva algumas páginas à obra capital de Euclides da Cunha. Ouçamos suas conclusões:

¹⁵ Obviamente, entre os dois campos em batalha, encontravam-se figuras singulares como a do ensaísta Simmel, que, “do alto de sua cátedra elogiava [Stefan George] e a Rodin como os maiores artistas da época. Dedicando as edições posteriores de sua *Geschichtsphilosophie* a Stefan George, ‘poeta e amigo’, e seu livro sobre Goethe a Marianne Weber, Simmel exercia um papel mediador entre a poesia e a ciência, e influenciava George e seria por ele influenciado em seu modo de pensar e sua atitude com relação ao conhecimento. (...) Era Nietzsche que unia Simmel e George, assim como o próprio Simmel, apesar de todas as diferenças, também criava um vínculo entre George e Max Weber” (LEPENIES, 1996, p. 276).

Típico exemplo da fusão, bem brasileira, de *ciência mal digerida*, ênfase oratória e *intuições fulgurantes*. Livro posto *entre a literatura e sociologia naturalista*, *Os Sertões* assinalam um fim e um começo: o fim do imperialismo literário, o começo da análise científica aplicada aos aspectos mais importantes da sociedade brasileira (no caso, as contradições contidas na diferença de cultura entre as regiões litorâneas e o interior).

Atentemo-nos, agora, para as considerações tecidas por um seu colega de “escola” e profissão acerca do mesmo livro:

A obra que marcou época e adquiriu uma significação típica foi (...) a de Euclides da Cunha, que se situa como o *primeiro ensaio de descrição sociográfica* e de interpretação histórico-geográfica do meio físico, dos tipos humanos e das condições de existência no Brasil. Com seus *defeitos e limitações*, e apesar da *ausência de intenção sociológica*, essa obra possui o valor de verdadeiro marco. Ela divide o desenvolvimento teórico-social da sociologia no Brasil. *Daí em diante, o pensamento sociológico pode ser considerado como uma técnica de consciência e de explicação do mundo*, inserida no sistema sócio-cultural brasileiro.

E, por fim, segundo o parecer de um outro ensaísta por excelência,

na descrição dos sertões, *o cientista erraria em detalhes* de geographia, de geologia, de botânica, de anthropologia; *o sociólogo, em pormenores de explicação e de diagnostico sociaes* do povo sertanejo. Mas *para o redimir dos erros de technica*, havia em Euclides da Cunha *o poeta, o propheta, o artista cheio de intuições geniaes*. (...) toda a vez que se sente fraco diante de problemas complexos de interpretação de personalidades ou de typos Euclides resvala no seu vicio fatal: *a oratória* (...) Principalmente quando esse problema é o que offerece a *psychologia* ou a *historia* de uma personalidade ou de um typo social mais denso. Dahi a *fraquesa de suas tentativas de caracterização* da cidade da Bahia, por exemplo, ao lado de suas *syntheses magnificas* de paizagens largas e de typos menos complexos: o do sertanejo ou o do seringueiro.¹⁴

Nessa dança de sucessões pelo “monopólio da imposição de categorias de percepção e apreciação legítimas” (BOURDIEU, 1977, p. 39), em que medida, em determinados momentos, e salvaguardadas as proporções, o Euclides da Cunha do Gilberto Freyre não se apresenta como o Gilberto Freyre do Sérgio Buarque de Holanda, do Antonio Candido ou do Florestan Fernandes? E o Sérgio Buarque do Dante Moreira Leite ou do Carlos Guilherme Mota, já na década de 1970?

¹⁴ São os autores dos excertos, respectivamente, CANDIDO, 1985 [1965], p. 133; FERNANDES, 1977, p. 35; e FREYRE, 1939, p. XI; XIX e XX. Optamos por manter a grafia original de todas as fontes aqui utilizadas.

O ensaísta desautoriza o ensaio?

Deve-se destacar que o trabalho de memória disciplinar no qual se empenha Sérgio Buarque de Holanda, nessa segunda metade do século XX, não pode ser apartado das questões que balizam as tensões por ele vividas e enfrentadas entre o modernismo triunfante, a profissionalização universitária e a militância político-institucional. Nesse sentido, portanto, fixaremos alguns textos a partir dos quais o *jogo* e a *negociação* com o espaço injuntivo da universidade se evidenciam na medida mesma em que tece críticas, por um lado, aos chamados “trabalhos de interpretação”, ou abertamente “ensaios”, e, por outro, não despende esforços no sentido de evitar a verve ensaística nos trabalhos historiográficos – ainda que, em alguns aspectos, se distinga da prática desse gênero de escrita na década de 1930, como já ponderado. Emblemático, nesse sentido, é o desconforto provocado pela forma da tese *Visão do Paraíso* na banca examinadora, em 1958. Como se sabe, esse livro se gesta já dentro do ambiente da profissionalização e da especialização no seio das universidades brasileiras. Processo esse que ganha seus contornos injuntivos e ilocucionários, também, já se sabe, pelas mãos do historiador paulista, que, à altura dos anos 1950 adiante, assume importantes cargos responsáveis por agregar, no extenso território nacional, os dispositivos de política cultural, bem como estreitar os laços com representativas instituições internacionais (cf. NICODEMO, 2012). Em artigo publicado nesse período, mais especificamente em 1951, no qual estabelece um balanço de parte da produção historiográfica da primeira metade do século XX, Holanda busca alinhar os parâmetros que deveriam presidir os vindouros trabalhos no âmbito da historiografia acadêmica. A certa altura do texto, estabelece uma diferença entre dois tempos e dois expedientes cuja hierarquização valorativa salta aos olhos:

Ao lado dos *estudos estritamente históricos* (...) devem mencionar-se, ao menos de passagem, algumas obras que, *situadas embora na periferia desses estudos*, vieram enriquecê-los de modo apreciável. Refiro-me em particular aos ensaios de investigação e interpretação social que passaram aos poucos a empolgar numerosos espíritos (HOLANDA, 2010 [1951], p. 73).

Eis a linha divisória entre os “estudos estritamente históricos” e aqueles de “investigação e interpretação social”. Segundo Buarque de Holanda, não obstante os trabalhos ensaísticos se encontrarem na periferia da produção, contribuíram no sentido de abrir “sendas para um tipo de pesquisa que nossos historiadores mal tinham praticado” (HOLANDA, 2010 [1951], p. 73). Algumas linhas à frente, o autor afirma categoricamente a imprescindibilidade da especialização das áreas na historiografia brasileira, e a partir da

qual se estimularia o rigor metodológico no manuseio das ferramentas sobre a seara em que desejasse o eventual estudioso se debruçar. Versando sobre os novos impulsos dados pela história econômica, iniciados, sublinha, por Caio Prado Júnior, diz:

É indispensável pensar-se, hoje, que a abordagem dessas questões só será realizável através de um trabalho prévio empreendido por diferentes especialistas que se dediquem, cada qual, a determinada época e a determinados problemas, *não por meio de outras sínteses onde o particular tende a esfumar-se e a perder-se em proveito de alguma ilusória visão de conjunto* (HOLANDA, 2010 [1951], p. 77).

Ora, mediante a articulação desse texto – bem como do conjunto das peças anteriormente alinhavadas – com a compreensão mais abrangente do horizonte linguístico, histórico e político-institucional que informa o contexto da empreitada intelectual de *Visão do Paraíso*, caberá indagar se o gesto expressado nesse livro seguirá, de fato, sete anos depois, as coordenadas imperativas inscritas nos trechos acima apropriados. A despeito de certos critérios elencados por Buarque de Holanda em “O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos”, a escrita de *Visão do Paraíso* se orienta substancialmente pela não-fixidez do gênero ensaio. Concebida, primeiramente, como tese para provimento da cátedra de História da Civilização Brasileira, na Universidade de São Paulo, a obra consagra o “encontro” do crítico literário com o historiador de ofício – imagem, aliás, apropriada de trecho do artigo sugestivamente intitulado “Crítica e História” (cf. HOLANDA, 1996a [1950], p. 301 e 306).

Retornando a “O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos”, há de se ponderar que, entre as imperiosas necessidades metodológicas impostas à historiografia pelo ímpeto academizante nele inscrito e os questionamentos por parte da banca examinadora acerca da maneira com a qual a tese do futuro catedrático fora arquitetada, temos um ruído. Na ata de defesa redigida por Myriam Ellis, dos cinco membros da banca composta por Hélio Viana, Afonso Arinos de Melo Franco, José Wanderley de Araújo Pinho, Eduardo d’Oliveira França e Eurípedes Simões de Paula, quatro iniciaram as suas arguições tocando nos pontos relativos às questões formais. O incômodo gerado, quase que de modo unânime, quanto ao *conteúdo da forma* plasmado no manuscrito nos fornece surpreendentes índices implicados nas estratégias do candidato em resposta a um dos arguidores, revelando componentes um tanto embaraçosos quanto à construção coletiva da memória disciplinar que se queria consolidar naquele contexto. Afonso Arinos enceta o seu parecer afirmando que, “como leitor, não poderia construir uma crítica, porém, deixar-se arrastar pelo encantamento”. Como examinador, no

entanto, pontua a “tendência do autor em chamar a atenção do leitor” (ELLIS, 1959, p. 496). Logo em seguida, assevera que “a tese não seria propriamente uma tese na expressão da palavra, pela extrema fluidez, imprecisão e limitação do assunto de difícil concatenação e *fugidio aos objetivos específicos de tese universitária*” (ELLIS, 1959, p. 496). A título de findar suas considerações acerca das dimensões formais, o examinador não deixa de acentuar “o inesquecível sabor literário que imprimia ao trabalho o cunho de uma grande obra de literatura” (ELLIS, 1959, p. 496). Hélio Viana, por sua vez, afiança que “a obra teria sido melhor classificada como *ensaio* do que propriamente como tese, tais as suas características, inclusive a de não esgotar a respectiva matéria” (ELLIS, 1959, p. 497 – grifo da autora). José Wanderley de Araújo Pinho “deu início à sua arguição, elogiando a tese apresentada ao concurso (...), pelo valor histórico, perfeição de linguagem e afirmando o apreço intelectual que de longa data devotava ao candidato, a quem considerava grande homem de letras” (ELLIS, 1959, p. 501), porém faz a ressalva segundo a qual se verifica a “falta de uma sucessiva ordenação dos assuntos que sugeria repetições e acúmulo de minúcia” (ELLIS, 1959, p. 501). Já Eduardo d’Oliveira França nos traz um dos pareceres mais categóricos e, ao mesmo tempo, elegantes sobre a dimensão formal do manuscrito: “Qualificou a tese do candidato como uma obra de arte, fruto da inteligência e da sensibilidade do autor” (ELLIS, 1959, p. 503). Não obstante, tece as seguintes objeções: “Na realidade o *escritor*, na tese, superou o *professor universitário*. O trabalho em questão era mais uma coleção de belos ensaios do que uma tese universitária. A idéia do *Paraíso* que o candidato apresentou era imprecisa” (ELLIS, 1959, p. 503 – grifos da autora). Vejamos a inquietante resposta dada ao arguidor por Buarque de Holanda. De acordo com o registro de Ellis,

o candidato respondeu à primeira objeção do professor Eduardo França, a de que na realidade o *escritor* na tese superava o *professor universitário*, dizendo ter tido a impressão de que estava recebendo de volta o que ele candidato dissera da admirável apresentação literária e artística de que se revestiam os trabalhos do examinador. Com efeito há alguns anos o professor Eduardo França defendeu a sua tese para a cátedra de História Moderna e Contemporânea e o professor Sérgio Buarque de Holanda foi um dos membros da banca examinadora. Continuando, disse o candidato lembrar-se muito bem de ter afirmado ao professor França que em seu trabalho apesar de todo o zelo crítico dado sentia-se constantemente a preocupação do bem escrito e do literário (ELLIS, 1959, p. 504 – grifos da autora).

É nítida, entre as considerações de França e as pitadas de ironia nas respostas de Sérgio Buarque, uma tensão encadeada pelo uso do literário, igualmente, como um significante flutuante. A medida literária do texto se

afigura aí como *remédio-veneno*, servindo ora para valorizar os atributos estilísticos do texto, ora para o desabonar no limite em que deveria se adequar aos parâmetros exigidos pela profissionalização. Buarque de Holanda, contudo, porventura lukacsianamente consciente da natureza híbrida do ensaio, bem como do seu estatuto como condição, em algum nível, inevitável a qualquer escrita no campo das humanidades, serve-se astuciosamente da parte do veneno contra as objeções lançadas pelo seu próprio arguidor – a despeito das armaduras simbólicas adotadas frequentemente, nesse período, a fins de desautorizar esse gênero de escrita a favor do programa de “renovação” da ciência histórica e das ciências sociais universitárias. Vejamos:

Prosseguindo no mesmo assunto, disse o candidato reear que a observação do seu examinador se prendesse demais a um critério demasiado clássico, dado o que fôsse uma tese universitária. Afirmou ainda ter tido oportunidade de observar várias teses apresentadas à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e a poucas se poderia aplicar, segundo pensava, a rigidez que o examinador pretendia dar à idéia de tese. Mesmo a tese do examinador que teve a ocasião de estudar parece-lhe afastar-se bastante daqueles critérios escritos (ELLIS, 1959, p. 504).

Além de apontar, na escrita de Eduardo d’Oliveira França, para aquilo que o mesmo acusara na sua, o autor de *Visão do Paraíso*, na passagem acima, se volta retoricamente para supostas outras teses produzidas na própria instituição em que pleiteava a cátedra, a fim de reforçar a sua justificativa segundo a qual o rígido critério reivindicado pelo examinador se apresentaria comprometido caso se adotasse uma objetiva visada do conjunto da produção submetida à faculdade. Vejamos os desdobramentos da defesa de Sérgio Buarque:

A objeção teria razão de ser se o trabalho que apresentou para o concurso da cátedra de História da Civilização Brasileira fôsse uma *coleção de belos ensaios*. Permitiu-se, entretanto discordar dessa observação. Uma leitura atenta do trabalho teria mostrado de fato que havia nele uma idéia central que se procurava desenvolver ao longo de todo o texto em vários aspectos, seguida de conclusões que só não apareciam com êsse nome e numa sequência nítida justamente porque se pretenderam *evitar os conceitos subjetivos que são mais próprios de um ensaio* do que de uma tese universitária (ELLIS, 1959, p. 504 – grifo da autora em “coleção de belos ensaios”).

Ora, se colocado em outros termos, e a despeito do protocolo retórico verificado nas suas últimas linhas, o trecho pode sugerir que somente a assunção de uma postura desautomatizada perante o objeto conformado pelo prisma do ensaio, sob os seus múltiplos ângulos de investida, é que daria a ver, no trabalho, “uma idéia central que se procurava desenvolver ao

longo de todo o texto em vários aspectos”, pois que essa ideia central, como garantia da unidade do objeto, é o que irredutivelmente determina o ensaio (ADORNO, 2003, p. 36). Esse só pode pensar em fragmentos, “uma vez que a própria realidade é fragmentada; ele encontra sua unidade ao buscá-la através dessas fraturas, e não ao aplinar a realidade fraturada” (ADORNO, 2003, p. 35). Sobre as “conclusões que só não apareciam com êsse nome e numa sequência nítida”, não poderia ser mais ensaística a resposta dada pelo arguido, pois, se as conclusões – assim nomeadas e deslocadas do texto principal – cumprem a função de concatenar e condensar em seu conciso enunciado a unidade e a totalidade do objeto enredado, nesse caso, a primeira versão de *Visão do Paraíso* nos permite inferir a sua totalidade a resplandecer somente por meio de traços parciais, escolhidos ou encontrados, sem que a presença dessa totalidade tenha, portanto, de ser afirmada (ADORNO, 2003, p. 35). Ademais, como leitor de Dilthey e Weber, Sérgio Buarque concebia que, no campo da *compreensão*, mais do que no da *explicação*, era onde jogava. A justificativa respaldada pela afirmação segundo a qual bastaria ao arguidor “uma leitura atenta” para constatar que havia, no trabalho, “uma ideia central que se procurava desenvolver ao longo de todo o texto em vários aspectos” se nutria, talvez, da perspectiva de que a alegada coleção de belos ensaios se conforma, em realidade, como peças que apenas aparentemente se apresentam como autônomas, e que se coordenam numa unidade que não aquela efetuada por operações de causalidade. Ou seja, uma unidade da recorrência temática, próxima, podemos sugerir, àquela arquitetada na música erudita e no jazz, por exemplo. Sabe-se que, em determinadas estruturas sinfônicas, têm-se alguns motivos que vão se desdobrando quase a ponto de se autonomizarem para, no momento da *coda*, serem retomados e rearticulados no ápice de encerramento da peça. Quanto à unidade e à ordem temporal, Aristóteles nos ensina, na *Poética*, que, para uma narrativa se concatenar ao ponto de uma unidade plausível, deveria se orientar por uma ação organizada em um início, um meio e um fim, não dependente, contudo, da extensão do tempo enredado na estrutura da peça. Para um exemplo paradigmático dessa regra, podemos tomar *Édipo Rei* como essa narrativa que, não obstante transcorrer mais ou menos num lapso de 24 horas, apreende, coerentemente e em toda a sua potencialidade, o ponto crítico da vida de um homem. Tais pressupostos são retomados e desdobrados desde Shakespeare ao romantismo: em *Rei Lear* ou *Macbeth*, por exemplo, presenciamos a ação principal entrecortada por uma série de ações paralelas, deixando transparecer, pois, uma quebra de unidade. Porém, ao mesmo tempo, a ação paralela ecoa, amplifica e, no limite, espelha a ação principal. Daí que, na tensão imposta

pelas injunções e pelos protocolos do concurso, o autor de *Visão do Paraíso* somente instilava aquela possível unidade que, ao contrário de se produzir porque todas as coisas ditas e representadas concorrem, tal qual num tratado, para o sentido de realização de um efeito final de cujo percurso se apaga astuciosamente “qualquer vestígio de arbitrariedade” (ADORNO, 2003, p. 36), se efetiva mais em virtude de algumas imagens-chave que afluem para a união dos pontos distintos da peça, criando, assim, uma série de tramas telescópicas. *Hamlet*, por fim, concebida como uma peça altamente digressiva, produz o efeito de unidade na medida em que se a lê tendo como referência a figura especular: “Pois tudo que é forçado deturpa o intuito da representação, cuja finalidade, em sua origem e agora, era, e é, exhibir um espelho à natureza (...)” (SHAKESPEARE, *Hamlet*, Ato III, cena II). Em outra situação, Hamlet, dirigindo-se a Horácio, diz: “Mas estou muito triste, Horácio, por ter me excedido com Laertes; pois na imagem da minha causa vejo o reflexo da dele” (SHAKESPEARE, *Hamlet*, Ato V, cena II). Em suma, é esse, portanto, o tipo de unidade não conspícua que interessa ao ensaísta e, em grande medida, aos que operam no vasto campo das humanidades.

Considerações finais

Por meio dessas breves páginas, intentamos, pois, abalizar, ao longo do período coberto por este artigo, as implicações atinentes à tensão entre as questões formais e o *mal-estar da profissionalização*.¹⁵ Além da aparente desautorização da ensaística contribuir, como notado, para a dinâmica seletiva de exclusões e inclusões no âmbito da disputa epistemológica concernente àquele determinado campo intelectual, pode-se asseverar que Sérgio Buarque de Holanda almejava se afastar das primeiras edições do seu controverso clássico. Nesse sentido, não deixa de ser surpreendente a ordem cronológica das obras perfiladas para apresentação do autor na mesma ata de defesa da sua célebre tese: *Raízes do Brasil* aparecerá somente na década de 1950, em sua terceira edição, ou seja, aquela cujo empreendimento editorial apresenta clara pretensão de obra acadêmica, na medida em que, entre outros paratextos e artefatos, se vê agraciada com índices de assuntos e onomástico, somando ao todo quinze páginas, além de ser a última na qual o historiador opera

¹⁵ Nos inspiramos, para parte do título deste artigo, nesta perspicaz expressão de Lidiiane Rodrigues (2014, p. 262 e 264).

modificações relevantes do ponto de vista estrutural (cf. HOLANDA, 1956, p. 315-329). Eis o registro de Ellis:

Autor de *Cobra de Vidro* (São Paulo, 1944), *História do Brasil* (em colaboração com Otávio Tarquínio de Souza, Rio de Janeiro, 1944), *Monções* (Rio de Janeiro, 1945), *Índios e Mamelucos na Expansão Paulista* (Separata do Tomo XIII dos "Anais" do Museu Paulista, São Paulo, 1949), *Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Colonial*, 2 volumes (Rio de Janeiro, 1952-1953), *Le Brésil dans la Vie Américaine* (Separata das IXmes. Rencontres Internationales de Genève, Neuchatel, 1954), *Apporto Italiano nella formazione del Brasile* (Siena, 1954), *Raízes do Brasil* (Rio de Janeiro, 1956, 3a. ed.), *Caminhos e Fronteiras* (Rio de Janeiro, 1957). Tem colaborado em periódicos brasileiros e estrangeiros, traduzido e prefaciado obras de amplo interesse histórico (ELLIS, 1959, p. 494).

Além desse patente(?) afastamento de cunho epistemológico e institucional – e, não menos, político¹⁶ – das edições do seu primeiro livro, podemos, enfim, afiançar que, *no campo da ordem do discurso disciplinar*, o desabono do ensaio como expediente de distanciamento do seu opositor pernambucano compõe parte incontornável dos alicerces constitutivos da flexa atuação de Sérgio Buarque nas searas historiográfica e sociológica, impondo-se com comprometimento ímpar nos assuntos múltiplos do campo das humanidades e das ciências sociais. Por meio, portanto, dos seus *combates pela resenha* nos principais periódicos circulantes no eixo Rio-São Paulo, como é o caso do paradigmático "Novos rumos da Sociologia", tem-se que Gilberto Freyre e sua obra convertem-se antitética e transversalmente em peças-chave a dotar de substancialidade e condensação semântica todo o coeso conjunto de signos articulados pelo intelectual – e compartilhado, como vimos pontualmente, com seus pares diletos – na compleição de sua identidade e, fundamentalmente, na disputa legítima pelos bens simbólicos viabilizados pelas vicissitudes dos campos para os quais contribuiu e consolidou.

¹⁶ Cf. WAIZBORT, 2011.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor. O ensaio como forma. In: ADORNO, Theodor. *Notas de literatura I*. Trad. Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003.
- AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas: 1990.
- BOURDIEU, Pierre. *Führer della filosofia? L'ontologia politica di Martin Heidegger*. Traduzione di Girolamo De Michele. Bologna: Società Editrice Il Mulino, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. La production de la croyance: contribution à une économie des biens symboliques. *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 13, 1977, p. 3-45. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/AsPDF/arss_0335-5322_1977_num_13_1_3493.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2020. Doi: <https://doi.org/10.3406/arss.1977.3493>
- BOTELHO, André; LAHUERTA, Milton. Interpretações do Brasil, pensamento social e cultura política: tópicos de uma necessária agenda de investigação. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*. São Paulo, n° 28, 2005, p. 7-15. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/29/20>>. Acesso em: 22 nov. 2020.
- CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: MICELI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)* [1979]. In: MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- CARVALHO, Raphael Guilherme de. Em torno da concepção de história de Sérgio Buarque de Holanda. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. Brasil, n. 70, ago., 2018, p. 306-340. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/149959/146988>>. Acesso em: 22 nov. 2020. Doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i70p306-340>
- COSTA LIMA, Luiz. A sacração do indivíduo: Montaigne. In: COSTA LIMA, Luiz. *Limites da Voz (Montaigne, Schlegel, Kafka)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.
- EUGÊNIO, João Kennedy. *Um ritmo espontâneo: o organicismo em Raízes do Brasil e Caminhos e fronteiras, de Sérgio Buarque de Holanda*. Tese (doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2010.
- EULALIO, Alexandre. O ensaio literário no Brasil. In: EULALIO, Alexandre. *Escritos*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Editora da Unesp, 1992.
- FALCÃO, Joaquim. A luta pelo trono: Gilberto Freyre versus USP. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de (orgs.). *O imperador das idéias. Gilberto Freyre em questão*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- FELDMAN, Luiz. Um clássico por amadurecimento: *Raízes do Brasil*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n. 82, jun., 2013, p. 119-140. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v28n82/v28n82a08.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2020. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092013000200008>
- GIUCCI, Guillermo; LARRETA, Enrique Rodríguez. *Gilberto Freyre uma biografia cultural. A formação de um intelectual brasileiro: 1900-1936*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- KAUFFMANN, Robert Lane. The Skewed Path: Essaying as Unmethodical Method. In: *Essays On The Essay: Redefining the Genre*. BUTRYM, Alexander J. (ed). Athens, Georgia: University of Georgia Press, 1989.

- LEPENIES, Wolf. *As três culturas*. Trad. Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp, 1996.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- LUKÁCS, Georg; FRUNGILLO, Mario Luiz. Sobre a essência e a forma do ensaio: uma carta a Leo Popper. *Revista UFG, [S. L.]*, v. 9, n. 4, 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48186>>. Acesso em: 23 jun. 2021.
- MARTINS, Renato. *Tradição, Modernidade e a História das Américas em Visão do paraíso (1946-1969)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade de São Paulo, 2017.
- MOTA, Carlos Guilherme. A universidade brasileira e o pensamento de Gilberto Freyre. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de (orgs.). *O imperador das idéias. Gilberto Freyre em questão*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.
- NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-grande & Senzala e a representação do passado*. Tese (doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.
- NICOLAZZI, Fernando. As virtudes do herege: ensaio, modernismo e escrita da história em *Casa-grande & senzala*. *Remate De Males*, 31 (1-2), 2012, p. 255-282. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8636253>>. Acesso em: 22 nov. 2020. Doi: <https://doi.org/10.20396/remate.v31i1-2.8636253>
- NICODEMO, Thiago Lima. Os planos de historicidade na interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*. V. 7, n. 14, 3 set., 2013, p. 44-61. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/653/448>>. Acesso em: 22 nov. 2020. Doi: <https://doi.org/10.15848/hh.v0i14.653>
- NICODEMO, Thiago Lima. Sérgio Buarque de Holanda e a dinâmica das instituições culturais no Brasil 1930-1960. In: MARRAS, Stelio (org.). *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Edusp/Instituto de Estudos Brasileiros, 2012.
- NIETZSCHE, Friedrich. A disputa de Homero. In: NIETZSCHE, Friedrich. *Cinco prefácios para cinco livros não escritos*. Trad. Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 1996.
- PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos. Odisseias do conceito moderno de história. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. Nº 50, março de 2010, p. 27-78. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34649>>. Acesso em: 22 nov. 2020. Doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i50p27-78>
- RODRIGUES, Lidiane. Um desejo chamado ensaio. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*. v. 7, n. 16, mai., 2014, p. 258-264. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/720/506>>. Acesso em: 22 nov. 2020. Doi: <https://doi.org/10.15848/hh.v0i16.720>
- SANCHES, Dalton. *Agonística buarquiana: Sérgio Buarque de Holanda em combates com Gilberto Freyre e Alceu Amoroso Lima (1920-1960)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Mariana, 2019.

- SHAKESPEARE, William. *Hamlet*. Trad. Millôr Fernandes. L&PM Pocket (versão Kindle).
- SORÁ, Gustavo. A construção sociológica de uma posição regionalista. Reflexões sobre a edição e recepção de *Casa-grande & Senzala* de Gilberto Freyre. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 13, n. 36, 1998. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v13n36/36sora.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2020. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091998000100008>
- VENANCIO, Giselle; WEGNER, Robert. Uma vez mais, Sérgio e Gilberto: debates sobre o ensaísmo no suplemento literário do *Diário de Notícias* (1948-1953). *Varia Historia*. Belo Horizonte, vol. 34, n. 66, set/dez 2018, p. 729-762. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/vh/v34n66/0104-8775-vh-34-66-0729.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2020. Doi: <https://doi.org/10.1590/0104-87752018000300007>
- WAIZBORT, Leopoldo. O mal-entendido da democracia: Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 1936. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 26, n. 76, jul., 2011, p. 39-62. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v26n76/03.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2020. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092011000200003>
- WEGNER, Robert. Latas de leite em pó e garrafas de uísque: um modernista na universidade. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (orgs.). *Sérgio Buarque de Holanda – Perspectivas*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008.

Fontes

- BRAUDEL, Fernand. À travers un continent d'histoire. Le Brésil et l'œuvre de Gilberto Freyre. *Mélanges d'histoire sociale*, n.4, 1943, p. 3-20. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/AsPDF/ahess_1243-2571_1943_num_4_1_3085.pdf> Acesso em: 21 jun. 2021. Doi: <https://doi.org/10.3406/ahess.1943.3085>
- CANDIDO, Antonio. Literatura e cultura de 1900 a 1945 [1965]. In: CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 7ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1985.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Nota à 2ª edição. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1977.
- ELLIS, Myriam. Noticiário. Concurso para provimento da cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. *Revista de História*. São Paulo: FFCL-USP, ano X, n. 38, abr./jun., 1959, p. 493-508. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/107511/105915>> Acesso em: 22 nov. 2020.
- FERNANDES, Florestan. Épocas de desenvolvimento da sociologia. In: FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil. Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FREYRE, Gilberto. *Como e por que sou e não sou sociólogo*. Brasília: Editora da UnB, 1968.
- FREYRE, Gilberto. Introdução. In: CUNHA, Euclides da. *Canudos (Diário de uma expedição)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1939.
- FREYRE, Gilberto. *Tempo morto e outros tempos: Trechos de um diário de adolescência e primeira mocidade 1915-1930* [1975]. 1ª edição digital. Apresentação de Maria Lúcia Pallares-Burke. São Paulo: Global Editora, 2012.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Crítica e História. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Sérgio Buarque de Holanda. O espírito e a letra (vol. II)*. Antonio Arnoni Prado (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996a. [originalmente publicado no *Diário Carioca*, em 10 de dezembro de 1950]
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Cultura e Política. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Tentativas de Mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979a. [originalmente publicado no *Diário de Notícias*, em 08 de janeiro de 1950]
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Estudos etnológicos. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos. Livro II (1950-1979)*. COSTA, Marcos (org.). São Paulo: Editora Unesp: Fundação Perseu Abramo, 2011a. [originalmente publicado no *Diário Carioca*, em 1º de julho de 1951]
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. História brasileira num castelo medieval. *Tribuna da Imprensa*. Rio de Janeiro, 14-15 de novembro, 1959a. Consultado no Acervo Digital da Biblioteca Nacional, em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_01&pagfis=46489>. Acesso em: 03 nov. 2020.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. "História", palestra de Sérgio Buarque de Holanda no Centro de Estudos Históricos Afonso Taunay (CEHAT/USP) (196-). In: CARVALHO, Raphael Guilherme de. Em torno da concepção de história de Sérgio Buarque de Holanda. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. Brasil, n. 70, ago., 2018, p. 306-340. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/149959/146988>>. Acesso em: 22 nov. 2020. Doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i70p306-340>
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Livros premiados. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Sérgio Buarque de Holanda. O espírito e a letra: estudos de crítica literária (vol. II)*. Antonio Arnoni Prado (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996b. [originalmente publicado no *Diário Carioca*, a 31 de dezembro de 1950]
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Novos rumos da Sociologia. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos. Livro I (1920-1949)*. Marcos Costa (org.). – São Paulo: Editora Unesp: Fundação Perseu Abramo, 2011b. [originalmente publicado no *Diário Carioca*, em 03 de outubro de 1948]
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos. In: PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos. "Odisséias do conceito moderno de história". *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, nº 50, março de 2010. [originalmente publicado no *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 de julho de 1951]
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 2ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1948.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 3ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Sociedade Patriarcal. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Tentativas de Mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979b. [originalmente publicado, em três partes, na *Folha da Manhã*, em 10, 13 e 23 de novembro de 1951]
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959b.

- HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.
- IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- IGLÉSIAS, Francisco. A pesquisa histórica no Brasil. Comunicação apresentada à Mesa-Redonda, promovida pelo Núcleo Regional do Paraná da Associação Nacional de História (ANPUH), Curitiba, 5 de julho de 1971. *Revista de História*. 43 (88): 373, dez., 1971. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/322607670_A_Pesquisa_Historica_no_Brasil>. Acesso em: 22 nov. 2020. Doi: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1971.131199
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia* [1954]. 6ª ed. rev. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- MOTA, Carlos Guilherme. Introdução. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica* [1975]. 9ª ed. São Paulo: Ática, 1994.

Recebido: 26/11/2020 – Aprovado: 27/08/2021

Editores Responsáveis

Miriam Dolhnikoff e Miguel Palmeira